

São Paulo, 19 de abril de 2012
Risco país da Argentina nas alturas!

Por Alexandre Yokote

A poucos anos, em 2006, a Argentina já tinha cancelado o contrato de concessão da GDF Suez no tratamento de água, este foi o caso "Aguas Argentinas" que gerou um litígio de quase US\$1 bilhão e a Suez ainda nada recebeu.

A Petrobras acabou de ter uma concessão cassada de exploração, mas o maior destaque ficou por conta da expropriação das ações da Repsol (51%) na YPF, tanto nem petróleo quanto gás. Foi uma medida de nacionalização, um projeto de lei de soberania nacional sobre hidrocarbonetos na Argentina, declarando o abastecimento de combustíveis de interesse público no país.

A Repsol preteia uma indenização de US\$10,5 bilhões.

O contexto das expropriações e cancelamento de concessão é a falta de investimentos que as empresas fizeram e pretendiam fazer no país.

Num cenário ainda marcado por uma crise financeira global e que ainda reside na Europa em particular Portugal, Espanha, Itália e Grécia, um risco político como esse impactando uma empresa espanhola ganha desdobramentos no mercado de investimentos.

O risco país (country risk) da Argentina se elevou e o medo de investidores e mesmo de outras empresas internacionais com ativos e negócios na Argentina torna-se um pesadelo. As bolsas de valores, em destaque a própria Merval, já sentem uma queda vertiginosa por conta da YPF.

Alguns dizem que essa atitude do governo argentino foi uma reação ao desprezo recebido pela Argentina no caso das Malvinas, outros dizem que é uma tentativa de popularização da atual presidente. Há quem diga que é uma ação de sobrevivência da Argentina e outros que é um tiro no pé.

De qualquer modo, vamos ter que monitorar a repercussão no comércio mundial e as potenciais sanções que serão aplicadas à Argentina.

O risco político continua em alta no mundo e cada vez mais temos que ter o cuidado para que ações punitivas às empresas privadas multinacionais não ganhem um risco percebido maior e uma conotação de expropriação. Neste ponto destaco o recente caso, já comentado em outras newsletters, da multa e indenização preteada pelo MPF sobre a Chevron que no mundo está sendo interpretado como uma ação de nacionalização pelo Brasil das operações da Chevron.